

medidas concretas de planificação e coordenação, que levem a um entendimento salutar e capaz de estimular a colaboração activa das populações e dos serviços entre si, no progresso social, económico e cultural que lhes diz respeito? Ou, o que é pior, se as há, e parece que sim, como é possível que alguns responsáveis da Administração se permitam iludi-las ou pô-las em causa para satisfação de vaidades ou tolos prestígios pessoais?

Esse seminário, ou reunião, de que me venho ocupando fechou com uma magnífica sessão plena de conteúdo e força, como o têm também as conclusões apresentadas, e em que se ouviu a voz autorizada, a palavra de ordem esclarecida e segura, do Sr. Ministro de Estado, que a todos dá confiança, mesmo àqueles, e alguns haverá certamente, a quem ela soe menos bem. Mas é bom ouvi-la. Faz bem saber que o planeamento nacional está entregue em tão boas mãos.

Tenho dito.

**O Sr. Miller Guerra:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No decurso da discussão da proposta de lei sobre a liberdade religiosa, em 1971, proferimos as seguintes palavras:

A liberdade religiosa tem duas faces, uma das quais respeita à igualdade de direitos dos diversos credos, e outra, menos falada, mas mais importante, consiste na liberdade de propagar a doutrina e a fé. Considerada por este ângulo, a proposta de lei deixa a consciência do crente ilaqueada por limitações radicais à propagação da verdade que professa.

É na sequência destas proposições fizemos a pergunta crucial: como pode a Igreja ser livre num Estado que coarctea a liberdade de pensamento e de expressão?

Os acontecimentos da capela do Rato, que fizeram estremecer a consciência de numerosos católicos e não católicos, responderam à pergunta.

A religião não consiste somente nos actos de culto e de piedade — é uma concepção universal do homem, da natureza e da história. É a resposta às interpelações da vida presente e futura. Considerar o facto religioso circunscrito ao templo e ao cemitério é amputá-lo, porque equivale a conceber a religião como um simples cerimoniais. Ém nome da fé o crente pode ser levado a defender, por exemplo, a liberdade da palavra e de reunião e a protestar contra a injustiça. Se o Estado lhe nega esses direitos, a liberdade religiosa não existe.

De facto, se ainda havia quem alimentasse dúvidas a este respeito, ficou plenamente elucidado depois dos acontecimentos da capela do Rato. A liberdade religiosa entre nós é pura e simplesmente uma ficção.

**Vozes:** — Não apoiadol! Não apoiadol!

**O Orador:** — A Igreja em Portugal gozou longos séculos da preponderância social que lhe vinha da comunhão com o poder civil na manutenção comum do legalismo, da autoridade, da *ordo*. Esta situação experimentou uma grande estabilidade no Estado Novo, mas começou a vacilar há alguns anos.

A imobilidade sucederam inquietações e dúvidas provocadas pelas convulsões do mundo contemporâneo e pelo espírito desassombrado do grande Papa João XXIII.

A concepção autoritária, dogmática e triunfalista sucedeu a concepção democrática, crítica, que procura o caminho através do risco e da incerteza. Ao anátema sucedeu o diálogo. Eis por que o sistema sócio-político, vendo oscilar os suportes espirituais que o legitimavam, replica com violência, sentindo atacados os fundamentos da aliança tradicional. Duvidar, discutir, interrogar, tornaram-se indícios de emancipação, e, no sistema hermetico de uma só verdade e de uma só lei, não se tolera o protesto nem a independência. O individuo tem os direitos que o Poder Público lhe confere, e entre nós mais nenhum. As aspirações à justiça, à igualdade, à verdade, o respeito das crenças e das ideologias, são recalçados ou sublimados, porque não podem aparecer à luz do dia.

**Vozes:** — Não apoiadol!

**O Orador:** — O recalçamento é a solução comum consiste em sufocar as tendências ideais. A sublimação consiste na transformação das tendências reprimidas em comportamentos aprovados pelo regime político.

Suprimem-se assim os conflitos, mas não se resolvem.

Com espírito conciliador e usando uma linguagem prudente, a nota do Patriarcado vinda a lume no dia 11 reflecte a perplexidade dos católicos quando procuram traduzir praticamente as directrizes doutrinais do Pontífice e as verdades evangélicas.

**O Sr. Casal-Ribeiro:** — De alguns católicos!

**O Orador:** — Podemos estranhar que uma sociedade afeita a harmonizar as prescrições da hierarquia religiosa com as disposições do poder governamental se veja numa posição melindrosíssima quando os cristãos querem tirar as consequências políticas da sua fé? Quando são retalhados por dúvidas e escrúpulos de consciência suscitados pelas desaminias entre a realidade e a doutrina visíveis a todos? Por que não haode inquirir os factos livremente, confrontá-los, reflectir e tirar as conclusões, como homens independentes que são ou deviam ser? Pois não disse Paulo VI, em 1966, que a paz precisa sempre de ser procurada, defendida, suscitada, construída?

Como se podem compreender os obstáculos ao cumprimento dos preceitos do Sumo Pontífice num país que constantemente se dá a si e se mostra ao mundo como exemplo de nação católica?

É aqui, nesta terra glorificada pela fidelidade a Igreja, que, no dia 31 de Dezembro, os católicos reunidos numa capela para discutirem a justiça, a paz e a guerra são expulsos do templo...

**Vozes:** — Não apoiadol!

**O Sr. Cunha Araújo:** — V. Ex.ª não pode continuar a falar assim. Sabe Deus as razões dolorosas...

**O Orador:** — V. Ex.ª tem de pedir licença para me interromper.



24 DE JANEIRO DE 1973

O Sr. **Cunha Araújo**: — Está bem, mas V. Ex.<sup>a</sup> deve abster-se de sustentar aqui opiniões tão verrinosas.

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — V. Ex.<sup>a</sup> não pode estar nesta Assembleia a criticar a acção militar dos nossos soldados em defesa do ultramar.

O Orador: — V. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra?

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Não preciso de pedir a palavra para defender o meu país.

O Orador: — Sr. Presidente: Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o procedimento deste Sr. Deputado, que diz que não precisa de pedir a palavra.

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Para defender o nosso país não preciso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miller Guerra: Eu também tenho de pedir a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o facto de se estar a referir a certas circunstâncias em termos diferentes daqueles que parecem ser, segundo foi comunicado à Assembleia e até ao País, os do realmente sucedido. Eu não quereria estar a interromper V. Ex.<sup>a</sup>, mas peço-lhe o favor de se lembrar de que o primeiro direito à audiência reside na objectividade.

**Vozes**: — Muito bem!

O Orador: — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, mas parece-me que até agora não fui subjectivo.

O Sr. **Cunha Araújo**: — Foi verrinoso!

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Foi venenoso.

O Sr. **Pinto Castelo Branco**: — V. Ex.<sup>a</sup> dá-me licença?

O Orador: — Tenha a bondade.

O Sr. **Pinto Castelo Branco**: — Eu, para já, Sr. Deputado, queria apenas chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o facto de se ter referido «aos católicos reunidos na capela do Rato».

Eu, graças a Deus, prezo-me de ser católico, de procurar sê-lo o melhor ou, pelo menos, o menos mal que me é possível. Posso-lhe garantir que não estava lá. E posso-lhe garantir igualmente que a esmagadora maioria dos católicos portugueses também lá não estava. De maneira que, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser ser objectivo, terá de falar apenas em alguns católicos, muito poucos, aliás.

**Vozes**: — Apoiado!

O Orador: — Então, segundo vejo, a minha falta de objectividade está apenas numa palavra. Se eu disser «alguns católicos», parece-me que fica toda a gente satisfeita.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — É melhor pôr poucochinhos.

O Orador: — Quantos, Sr. Deputado?

O Sr. **Cunha Araújo**: — Eram setenta ou oitenta.

O Orador: — Oitenta? Ou seriam mais alguns?

O Sr. **Cunha Araújo**: — Mesmo que fossem cem ou cento e vinte, não interessa nada, não tem peso absolutamente nenhum.

O Orador: — Então onde é que está a objectividade?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado: Não vou discutir com V. Ex.<sup>a</sup> a objectividade, mas apenas lhe chamei a atenção para o facto de V. Ex.<sup>a</sup> estar referindo acontecimentos de forma diferente daquela que a Assembleia tem todo o direito de crer que foi a da realidade. Aí é que eu encontrei V. Ex.<sup>a</sup> em risco de falta de objectividade.

O Sr. **Cunha Araújo**: — V. Ex.<sup>a</sup> dá-me licença que lhe faça uma pergunta?

O Orador: — Tenha a bondade.

O Sr. **Cunha Araújo**: — V. Ex.<sup>a</sup> pode garantir à Assembleia que as pessoas que se encontravam dentro da capela eram realmente católicas?

O Orador: — As pessoas que vão à igreja suponho que são católicas.

O Sr. **Cunha Araújo**: — Não, Sr. Deputado, não basta.

**Vozes**: — Claro que não.

O Orador: — Mas isso é objectividade?

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Às perguntas com objectividade V. Ex.<sup>a</sup> não responde.

O Orador: — V. Ex.<sup>a</sup> tem aqui o microfone e pode vir fazer as perguntas com objectividade. Faça favor.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Dá-me licença que lhe faça uma pergunta?

O Orador: — Com certeza; não estou aqui para outra coisa.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu queria fazer uma pergunta sobre a liberdade de diálogo que V. Ex.<sup>a</sup> defende e que acha que se deve fazer na igreja.

Eu não estou na igreja, estou na Assembleia Nacional, e faço-a: V. Ex.<sup>a</sup> concorda que se discuta a presença de Portugal no ultramar? V. Ex.<sup>a</sup> concorda...

O Orador: — Só uma pergunta de cada vez, Sr. Casal-Ribeiro, senão fico atrapalhado.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — V. Ex.<sup>a</sup> nunca se atrapalha...

O Orador: — Atrapalho, atrapalho...

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Por amor de Deus não diga isso!

O **Orador**: — E de que maneira me atrapalho às vezes ...

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — A prova de que V. Ex.<sup>a</sup> não se atrapalha é que está a dizer o que se está a ouvir.

O **Orador**: — Bom! Isso é outro aspecto da questão, Sr. Deputado Casal-Ribeiro.

Ora bem, eu respondo à primeira pergunta: V. Ex.<sup>a</sup> desculpe eu já me esqueci ...

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — V. Ex.<sup>a</sup> não liga importância nenhuma às coisas que nós lhe dizemos, eu principalmente.

O **Orador**: — Pelo contrário. Então ao Sr. Casal-Ribeiro eu ligo imensa importância.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Eu estava a perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se acha bem e se concorda que na Igreja, ou em qualquer outro sítio, se discutisse ou se discutira a legitimidade da presença de Portugal no ultramar.

O **Orador**: — Ora aí está uma pergunta objectiva e concreta e a que eu respondo também objectiva e concretamente: Acho, sim senhor. Não só na Igreja, como em qualquer outra parte.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Que se deve discutir a presença de Portugal no ultramar?

O **Orador**: — Sim, senhor!

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Então não preciso de mais nenhuma resposta de V. Ex.<sup>a</sup> Está realmente politicamente definido para mim, e de uma vez para sempre.

O **Orador**: — Ainda bem, Sr. Casal-Ribeiro!

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Bem definido!

O Sr. **Cunha Araújo**: — Tristemente definido!

O **Orador**: — Ainda bem, Sr. Comandante.

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Comandante não, almirante.

O **Orador**: — Desculpe, Sr. Almirante.

Portanto, eu continuo, voltando um pouco atrás. É aqui, nesta terra glorificada pela fidelidade à Igreja, que no dia 31 de Dezembro os católicos reunidos numa capela para discutirem a justiça, a paz e a guerra são expulsos do templo por ordem do Governo, presos e, como fosse pouco, demitidos dos seus cargos públicos.

O Sr. **Dias das Neves**: — V. Ex.<sup>a</sup> dá-me licença?

O **Orador**: — Tenha a bondade.

O Sr. **Dias das Neves**: — Eu penso que aí não foram demitidos os católicos, mas sim os funcionários públicos, os cidadãos que estavam em contravenção com as leis que temos em presença.

O **Orador**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Aí está um *distinguo* escolástico muito apropriado ...

Não foram os católicos, mas foram, sim, aqueles indivíduos que estavam na igreja e que por acaso eram católicos.

**Vozes**: — Não! Não! Eram funcionários públicos! Eram desordeiros!

O **Orador**: — Ah! Eram desordeiros. Então eram católicos desordeiros que lá estavam.

O Sr. **Cunha Araújo**: — Estavam com ofensa dos Poderes Públicos e dos ideais que nos informam. Que informam a grande maioria da Nação.

O **Orador**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Se me dá licença, eu vou continuar.

O Governo não se satisfaz com privar os fiéis da liberdade ...

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Não apoiado.

O **Orador**: — Não? É mentira?

O Sr. **Henrique Tenreiro**: — Não é mentira, mas não apoiado.

O **Orador**: — Ah! Bom! V. Ex.<sup>a</sup> não concorda! Continuo: o Governo não se satisfaz com privar os fiéis da liberdade, encarcerou-os e impediu-os ...

**Vozes**: — É horroroso, é repugnante!

O Sr. **Pinto Castelo Branco**: — V. Ex.<sup>a</sup> dá-me licença?

O **Orador**: — Tenha a bondade.

O Sr. **Pinto Castelo Branco**: — O Governo não se preocupou, nem tem que se preocupar com os fiéis, mas sim com esses maus fiéis, católicos, não católicos ou pseudocatólicos. O Governo não poderia deixar de e fazer, porque senão trairia a sua missão. O Governo deve preocupar-se com os cidadãos, é a sua obrigação. Quer V. Ex.<sup>a</sup> queira, quer não, estamos em guerra. Praticamente todos os dias morrem irmãos da mesma ou de outra cor que a nossa, mas que são todos nossos irmãos, portugueses como nós, vítimas de actos de terrorismo que V. Ex.<sup>a</sup> sabe tão bem como eu que são fomentados do exterior e não do interior.

Peço desculpa a V. Ex.<sup>a</sup> para lhe dizer que cheguei a semana passada de Angola (e por isso faltei às primeiras sessões deste mês), e lá continuei a haver vítimas civis quase todos os dias por causa dos interesses estrangeiros, por causa dos terroristas, que não são condenáveis por serem contra Portugal. E é esta guerra que os tais católicos ou pseudocatólicos estavam a querer discutir, apoiando-a, com isso, numa capela.

E V. Ex.<sup>a</sup> sabe também que Nosso Senhor Jesus Cristo disse que aquilo que é de César deve ser dado a César e aquilo que é de Deus deve ser dado a Deus. Ora, o que se estava a discutir era essencialmente um problema de ordem política, e não religioso — era um problema de César, e o Estado tinha de intervir.

**Vozes**: — Muito bem!



O Orador: — Muito obrigado, Sr. Deputado Castelo Branco, mas eu começo a estar um pouco embaraçado em saber se eram católicos, não católicos, pseudocatólicos! Afinal, o que eram as pessoas que foram presas?

O Sr. Henrique Tenreiro: — Desordeiros. Desordeiros!

O Orador: — Desordeiros?

Vozes: — Traidores!

O Orador: — Desordeiros e traidores?

Repetindo: o Governo não se atreveu a privar esses fiéis da liberdade, encarcerou-os e impediu-os de exercer a sua profissão, o que significa para todos o desemprego, e a penúria para alguns.

Na sessão do passado dia 15, um Sr. Deputado perguntava angustiadamente: «Para onde vamos?».

O Sr. Casal-Ribeiro: — Para a capela do Rato!

O Orador: — Pela minha parte, respondo: vamos a caminho do despotismo.

O Sr. Casal-Ribeiro: — Eu pensei que V. Ex.<sup>a</sup> ia dizer que vamos a caminho da capela do Rato!

O Sr. Agostinho Cardoso: — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faz favor.

O Sr. Agostinho Cardoso: — V. Ex.<sup>a</sup> deu por terminada a intervenção do Sr. Deputado Miller Guerra ou eu posso ainda intervir?

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado.

Como não penso que V. Ex.<sup>a</sup> foi posto em causa pelas palavras do orador, mas que quer comentar a matéria tratada, então tem V. Ex.<sup>a</sup> outra ocasião para comentar a referida matéria em causa quando quiser. Todavia, se pensa que foi posto em causa pelas palavras do orador, posso dar-lhe a palavra para explicações.

O Sr. Agostinho Cardoso: — Sinto-me apenas atingido na qualidade de português. Não sei se isso chega para dizer duas palavras ao Sr. Deputado Miller Guerra?

O Sr. Presidente: — Será mais correcto que V. Ex.<sup>a</sup> amanhã ou noutra sessão faça os comentários que achar convenientes.

O Sr. Joaquim Macedo: — Anunciada a decisão do Governo de mandar executar importantes obras de beneficiação do Aeroporto de Pedras Rubras, vários colegas do círculo do Porto já se referiram ao facto e, por isso, poderá parecer talvez desnecessária nova insistência. Tenho, porém, razões particulares para o fazer, pois há cerca de um ano chamei à atenção para algumas das deficiências do Aeroporto e das limitações graves que daí resultavam para o desenvolvimento da região Norte e da sua capital natural, a cidade do Porto. Não podia, assim, calar a minha satisfação pela decisão do Governo e deixar de louvar

a rapidez de decisão e o espírito largo com que atendeu este justo anseio, louvor que torno extensivo aos serviços que intervieram no projecto.

O prolongamento da pista para o comprimento útil de 3600 m, o aumento da sua largura e a consolidação e beneficiação do seu piso; a ampliação e remodelação da aerogare, de modo a adaptá-la à operação simultânea de voos internos e internacionais, eliminando, assim, as incómodas improvisações presentes; a instalação, já em curso, de equipamento de aterragem por instrumentos, que permitirá operar com condições deficientes de visibilidade e evitar deste modo grande parte dos actuais cancelamentos de voos; em conclusão, um importante conjunto de obras, orçamentadas em cerca de 300 000 contos, que dotará finalmente o Porto e o Norte, de um aeroporto adaptado às necessidades actuais, sem megalomanias nem exageros.

Acrescentando-se ainda as obras de alargamento e substituição do piso da estrada de acesso a Pedras Rubras, acabadas de concluir, e que vieram finalmente fazer desaparecer o que, pela extrema irregularidade do seu piso, mais parecia uma pista de ensaio de resistência de automóveis, temos de concluir, e com muita satisfação o faço, que pode começar para o Norte um período novo, no domínio do transporte aéreo, que, aliás, o próximo início de voos directos para Paris já deixa antever.

Mas neste quadro ridente das importantes e necessárias transformações do Aeroporto persistem ainda algumas deficiências, que, nem por serem aparentemente de menor importância, deixam de causar má impressão e sérios transtornos a quem o utiliza. Para eles peço a atenção do Sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Começemos pelas ligações telefónicas. A área do Aeroporto é uma das poucas que nos arredores do Porto ainda são servidas por rede não automática. Se acrescentarmos ainda que os escritórios da TAP em Pedras Rubras são servidos apenas por uma linha, no sector de passageiros, facilmente se imagina as dificuldades em obter ligação telefónica, sobretudo nos períodos próximos da chegada e partida de aviões. Se estiver ainda demorada a construção e equipamento da projectada central automática da Maia, não seria possível ligar o Aeroporto directamente à rede do Porto?

Outra grave deficiência é a dos transportes públicos que servem Pedras Rubras. Dispõe-se actualmente de uma carreira de autocarros, que não é exclusiva do Aeroporto, mas serve também a zona do trajecto, com horários adaptados à chegada e partida normais dos voos regulares. Além do exagerado tempo de viagem entre Pedras Rubras e o Porto, resultante de se servir conjuntamente os passageiros das carreiras aéreas e as populações do percurso, surge ainda o inconveniente da obrigatoriedade de cumprimento de um horário não condicionado rigidamente às linhas aéreas. De modo que, quando há alterações na chegada e partida de aviões, e elas são frequentes, ou aterram em Pedras Rubras aviões não previstos, pela sua utilização como aeroporto alternante, não há ajustamento entre as carreiras de autocarros e o transporte aéreo e isso provoca evidentes dificuldades de escoamento de passageiros.

Quanto a táxis dispõe o Aeroporto de um parque de apenas dois carros de aluguer, retirados ao contingente

EXAME PRÉVIO

PROIBIDO

COMISSÃO DE LISBOA

EXAME PRÉVIO

PROIBIDO

COMISSÃO DE LISBOA